

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Quatro anos após o início do PREVPAP, a Rádio e Televisão de Portugal mantém várias situações de precariedade inadmissível na empresa de serviço público.

Em carta pública, o grupo de trabalhadores precários em regime de *outsourcing* da RTP Porto relembra que estão inscritos “há mais de três anos no PREVPAP e que já viram o seu parecer pela CAB (Comissão de Avaliação Bipartida da Cultura) aprovado como sendo necessidades permanentes e com vínculo desadequado”.

O despacho para a sua integração nos quadros da RTP já foi assinado tanto pela Ministra do Trabalho e Segurança Social como pela Ministra da Cultura. Mas não foi assinado pelo Ministro das Finanças, falhando não só o prazo definido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2020, de 1 de julho, mas contrariando as promessas do próprio Secretário de Estado do Tesouro, Miguel Cruz, que afirmou a 15 de julho que “estamos a fazer a avaliação quanto às condições para a sua integração e num horizonte, daria de mês, esperamos fechar este tema”.

Entretanto, estes trabalhadores estão sujeitos a violações óbvias dos seus direitos, estando a ser substituídos por outros trabalhadores precários, ficando vários dias sem trabalho, tendo a RTP contratado trabalhadores a recibos verdes para funções desempenhadas por trabalhadores precários já com estas funções.

O Bloco de Esquerda considera esta situação inaceitável e degradante para a imagem do serviço público de rádio e televisão, e exige que a integração destes trabalhadores seja resolvida imediatamente.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro de Estado e das Finanças, as seguintes perguntas:

1. Considerando a urgência na regularização destes vínculos precários em que prazo procederá

- o Ministério das Finanças à homologação?
2. Por que razão o despacho para a integração destes trabalhadores não foi ainda assinado pelo Ministro das Finanças?
 3. De que forma a tutela pretende acautelar potenciais prejuízos para os trabalhadores decorrentes deste atraso injustificado no processo de regularização?

Palácio de São Bento, 17 de setembro de 2020

Deputado(a)s

JORGE COSTA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

MARIANA MORTÁGUA(BE)